



BREVES OBSERVAÇÕES SOBRE DEUS ENGANADOR E IDEIA CLARA E DISTINTA¹

Ethel Menezes Rocha

PPGLM-UFRJ/CNPq/FAPERJ

RESUMO: Meu objetivo nesse texto é chamar atenção para possíveis problemas envolvidos em duas estratégias frequentes entre os leitores de Descartes que sustentam, por um lado, que o projeto epistêmico cartesiano tem como base a fundamentação metafísica da verdade das ideias claras e distintas e, por outro lado, que não há círculo na defesa dessa fundamentação que, de algum modo, depende da verdade de ideias claras e distintas.

PALAVRAS-CHAVE: Ideia clara e distinta, persuasão, estabilidade, círculo.

ABSTRACT: My aim in this text is to call attention to possible problems involved in two frequent strategies among Descartes's readers who maintain, on the one hand, that the Cartesian epistemic project is based on the metaphysical foundation of the truth of clear and distinct ideas and, on the other hand, that there is no circle in defending this reasoning which, in some way, depends on the truth of clear and distinct ideas.

KEY-WORDS: Clear and distinct idea, persuasion, stability, circle.

É bastante conhecida a leitura da filosofia cartesiana segundo a qual as ideias claras e distintas e a existência de um Deus veraz como seu fundamento metafísico constituem as bases para toda certeza do conhecimento humano. O objetivo desse texto é apresentar algumas breves observações acerca do que tradicionalmente se considera ser a garantia divina acerca das ideias claras e distintas. O ponto de partida dessa apresentação é a leitura canônica da filosofia de Descartes segundo a qual a prova da existência de um Deus veraz tem a função de reestabelecer e garantir a verdade das ideias claras e distintas. E as questões levantadas girarão em torno de questão relativas ao suposto círculo cartesiano que envolvem examinar em que sentido as ideias claras e

¹ Em memória do querido Mario Augusto Queiroz Carvalho, com muito carinho, respeito e admiração.

distintas podem ser postas em questão e o que a veracidade divina pode acrescentar a essas ideias que elas nelas mesmas não têm.

Segundo a interpretação tradicional da filosófica cartesiana, a função da prova da existência de um Deus veraz é a de eliminar a etapa da dúvida que recorre à hipótese de um Deus enganador por meio da qual a verdade das ideias claras e distintas seria posta em xeque. Segundo essa leitura, embora ideias claras e distintas não sejam mencionadas na Primeira Meditação, e apesar de Descartes ter ali anunciado que o alvo da dúvida é o que foi “recebido dos sentidos e pelos sentidos” [AT VII: 18]², a hipótese do Deus enganador atinge as ideias claras e distintas (que não têm relação com os sentidos) porque o conceito de conhecimento matemático relacionado à essa hipótese é o conceito cartesiano de conhecimento matemático como constituído de ideias claras e distintas de naturezas verdadeiras e imutáveis. A matemática relacionada ao recurso à hipótese do Deus enganador na Primeira Meditação seria, portanto, exemplo de conhecimento constituído por ideias claras e distintas e, por isso, ao ser posta em questão por esse recurso, as ideias claras e distintas, de algum modo, estariam sendo postas em questão. O recurso à hipótese de um Deus enganador, em termos gerais, consistiria em uma razão para duvidar das ideias claras e distintas ao admitir a possibilidade de que Deus engane sistematicamente quanto à sua verdade, assim como no caso da matemática em que ele me enganaria “cada vez que adiciono dois a três ou conto os lados do quadrado ou faço outra coisa que se possa imaginar ainda mais fácil” [AT VII: 21]. Ainda segundo essa interpretação do pensamento cartesiano, a função das provas da existência e da veracidade de Deus seria exatamente a de eliminar a dúvida promovida por esse recurso à hipótese do Deus enganador restabelecendo, assim, a confiança inabalável na razão pura como a origem do conhecimento.

O argumento central da metafísica cartesiana, segundo essa leitura canônica, portanto, procede a partir da verdade de ideias claras e distintas à existência e à veracidade de Deus e da existência e veracidade de Deus à verdade das ideias claras e distintas, o que, como notado por inúmeros leitores e estudiosos da filosofia cartesiana, em princípio envolveria o que convencionou-se chamar de “círculo cartesiano”. Descartes estabelece a existência de um Deus veraz recorrendo à verdade de ideias claras e distintas, produtos da operação da razão pura para, então, garantir a verdade das

² As citações de passagens das *Meditações Metafísicas* de Descartes serão extraídas da tradução de F. Castilho: *Meditações sobre a Filosofia Primeira* (2008). As citações serão acompanhadas da notação da edição em latim *Adam&Tannery* (AT) da obra de Descartes, seguida do número do volume e do número da página nessa edição.

ideias claras e distintas a partir da existência desse Deus veraz. Esse suposto círculo é primeiramente apontado por Arnauld no conjunto das *Quartas Objeções* e por um dos autores do conjunto das *Segundas Objeções* publicados com as *Meditações*³, e sucintamente negado por Descartes em suas respostas. Em sua defesa, vários leitores e intérpretes, alinhados à leitura canônica das *Meditações*, vêm desenvolvendo estratégias para inviabilizar a acusação de círculo, sugerindo alguma restrição do escopo da dúvida.

Duas das estratégias mais fecundas para evitar a circularidade do argumento cartesiano tem sido a de, por razões diferentes, restringir, o escopo da dúvida do Deus enganador com base na atualidade da percepção clara e distinta,⁴ determinando, assim, o que é acrescentado à percepção clara e distinta a partir da prova da existência de um Deus veraz. Há, de um lado, a tendência como, por exemplo, a de BEYSSADE, 1979, que sustenta que as ideias claras e distintas, embora racionalmente indubitáveis no momento em que são percebidas, não podem ser consideradas como verdadeiras no sentido próprio, isto é, como uma verdade necessária e universal. A etapa da dúvida que

³ Ao completar o texto das *Meditações*, Descartes o faz circular no meio intelectual solicitando críticas e comentários. Os seis primeiros grupos de objeções com as respostas de Descartes foram publicadas na versão original em latim de 1641. A segunda edição das *Meditações* incluiu um novo conjunto de objeções e as respostas de Descartes.

⁴ Estratégias menos promissoras como, por exemplo a de DONEY, 1955 e a de WOLZ, 1991, pretendem salvar a metafísica cartesiana da acusação de círculo também recorrendo à atualidade da percepção. Segundo Doney a dúvida e a garantia divinas incidem sobre a memória e sua fidelidade, o que o próprio Descartes recusa. E segundo Wolz, a dúvida e a garantia divinas incidem sobre a possível mutabilidade das verdades apreendidas, o que supõe uma problemática concepção da imutabilidade divina. Para Doney, a hipótese do Deus enganador introduziria uma dúvida acerca da faculdade da memória que me permite lembrar ter percebido clara e distintamente uma ideia, e a existência de um Deus veraz seria a garantia de que aquilo que me lembro ter compreendido clara e distintamente de fato compreendi clara e distintamente. A recusa de Descartes a essa compreensão da dúvida é clara em sua resposta irônica diante da insistência de Burman em interpretar a hipótese do Deus enganador e a prova da existência de Deus como referidas à memória das ideias claras e distintas: “Nada tenho a dizer acerca da memória. Todo mundo deveria testar a si próprio para ver se é bom em lembrar-se. Se houver dúvida acerca desse ponto, então deve-se fazer uso de notas escritas e etc., para ajudá-lo” [AT V: 148]. E segundo Wolz, com base na tese da descontinuidade do tempo, enquanto houver a possibilidade de um Deus enganador, a verdade apreendida não tem permanência. A existência de um Deus veraz acrescentaria a validade da experiência de conhecimento para além do momento dessa experiência. A provisoriedade da verdade percebida, segundo essa leitura, tem apoio na concepção de tempo introduzida por Descartes na Terceira Meditação onde ele afirma: “... todo o tempo da vida pode ser dividido em inúmeras partes, cada uma das quais não dependendo de modo algum das outras, e pelo fato de que fui há pouco, não se segue que eu deva ser agora ...”. Dada a desconexão de um momento do tempo com relação a outro, antes de conhecer a existência e veracidade de Deus (que envolvem sua imutabilidade), embora no momento em que se concebe uma ideia clara e distinta esta seja verdadeira, não há qualquer garantia de que essa verdade permanecerá sendo verdade em um momento seguinte. Essa leitura parece bastante problemática na medida em que não há nada que logicamente impeça que Deus sendo imutável crie desde a eternidade um mundo em que as verdades em algum momento por ele determinado envolvam mudanças. E o fato de uma verdade criada envolver mudanças também não abala a veracidade divina, visto que a mente finita cognoscente pode ter sido criada de modo a ser capaz de apreender essas mudanças. A respeito do tema, ver GEWIRTZ, 1941 e 1970; MURDOCH, 1999; ROSE, 1965; NEWMAN e NELSON, 1999; LOEB, 1992 e VAN CLEVE, 1979; FRANKFURT, 1962 e DELLA ROCCA, 2005.

em que Descartes recorre à hipótese do Deus enganador poria em xeque a racionalidade humana como fonte de conhecimento e a existência e veracidade divinas acrescentaria à certeza racional um grau especial que a tornaria critério inabalável da verdade, permitindo a passagem de uma certeza racional subjetiva para uma verdade objetiva. O que está em questão e é resgatado pelo conhecimento da existência de um Deus veraz é, assim, a clareza e distinção como critério de verdade. E há, de outro lado, uma outra tendência, como a de CARRIERO, 2008, que sustenta que é a permanência do critério de verdade que está em xeque ao serem postas em questão as ideias claras e distintas. O conhecimento da existência e da veracidade divinas acrescentaria, portanto, a estabilidade do critério de verdade. Por razões diferentes, segundo essas duas tendências, a dissolução do suposto círculo envolve a consideração da atualidade das percepções, de tal modo que, antes das provas da existência e veracidade divinas, a clareza e distinção como o critério de verdade exige uma qualificação: a ideia clara e distinta só é considerada verdadeira (em um certo sentido) enquanto presente na mente. Seja porque o que sustenta sua verdade nesse contexto é uma inclinação racional irresistível, inclinação que desaparece quando não mais presente à mente; seja porque o simples fato de ser uma ideia verdadeira no momento em que é percebida clara e distintamente, não garante que todas as ideias claras e distintas sejam verdadeiras. O conhecimento da existência de um Deus veraz ou confere necessidade e universalidade à certeza racional subjetiva que acompanha uma percepção clara e distinta ou confere estabilidade às ideias claras e distintas como critério de verdade. Embora pareçam fecundas, no sentido de mais se aproximarem da efetiva recusa do círculo no pensamento cartesiano, essas diferentes estratégias parecem envolver, ainda assim, problemas.

Como vimos, além de várias outras, as duas estratégias a serem aqui consideradas recorrem à atualidade das percepções, o que se justifica pelo texto mesmo das *Meditações* em que Descartes recorre à hipótese de um Deus enganador utilizando termos como “*agora*” e “*a cada vez*”:

De onde sei que ele [Deus] não tenha feito que não haja de todo terra alguma, céu algum, coisa extensa alguma, figura alguma, grandeza alguma, lugar algum e que, no entanto, todas elas não me pareçam existir diferentemente de como me aparecem *agora*? Mais: do mesmo modo que julgo que os outros às vezes erram acerca de coisas que presumem saber à perfeição, não estaria eu mesmo de

igual maneira errando, *cada vez que adiciono* dois a três ou conto os lados do quadrado ou faço outra coisa que se possa imaginar ainda mais fácil? (AT VII: 21)

Segundo uma dessas estratégias para recusar o círculo, a prova da existência de Deus teria como ponto de partida uma percepção atual, clara e distinta, cuja atualidade compele à persuasão e o que será garantido uma vez provada a existência de Deus veraz é a verdade da regra geral segundo a qual toda ideia clara e distinta, isto é, toda ideia sustentada por evidência racional, é verdadeira. As ideias claras e distintas se caracterizam por serem racionalmente evidentes, na medida em que resultam da operação natural da mente humana quando livre dos preconceitos e inclinações injustificadas, mas quando não atualmente percebidas poderiam, ainda assim, ser falsas porque ainda não estaria estabelecido que clareza e distinção (ou evidência racional) é o critério de verdade. Apesar de não estabelecido ainda o critério de verdade, a atualidade da percepção evidente (ideia clara e distinta) torna irresistível a adesão a verdade desta. O que será garantido, portanto, é a passagem da persuasão, resultante de evidência racional, ao conhecimento. Segundo essa leitura, então, não há círculo na metafísica cartesiana porque a prova da fundamentação do conhecimento, parte de uma persuasão, isto é, de uma ideia clara e distinta, racionalmente evidente, atualmente percebida que, como tal, escapa à dúvida acerca da verdade das ideias claras e distinta

Essa explicação que recorre à distinção entre persuasão e conhecimento teria que enfrentar o problema que exponho a seguir. A irresistibilidade da adesão às ideias claras e distintas atualmente percebidas, segundo Descartes, se funda em razões. Isto é, trata-se de uma compulsão racional e não meramente psicológica. É por que tenho fortes razões para crer na verdade dessas ideias e nenhuma razão para duvidar dessa verdade que sou irresistivelmente inclinado a crer na verdade delas, isto é, irresistivelmente inclinado a dar minha adesão à sua verdade. Mas se supostamente há uma razão (ainda que metafísica: a possibilidade de um Deus enganador) para duvidar da verdade das ideias claras e distintas, não parece ser possível ocorrer esse quadro de irresistibilidade necessário para a prova da existência de Deus. Isto é, além das fortíssimas razões para crer na verdade de cada ideia clara e distinta no momento em que é percebida há, segundo a leitura canônica das *Meditações*, ao menos uma razão, a possibilidade de um Deus enganador, para duvidar de sua verdade. Ao recorrer à essa hipótese, Descartes expressamente afirma que esse Deus poderia me enganar no momento mesmo em que as percebo como claras e distintas e todas as vezes em que percebo clara e

distintamente: é possível que as coisas existam diferentemente de como me aparecem *agora* e que haja um Deus enganador que me engane a *cada vez* que percebo clara e distintamente uma ideia. Mas se é assim, então, não fica claro em que sentido se daria essa persuasão racional. A incapacidade de se aplicar às ideias claras e distintas atualmente percebidas a dúvida do Deus enganador, que supostamente põe em questão as ideias claras e distintas, parece implicar em uma certa incapacidade (que nos termos de Beyssade, se traduz numa “cegueira ou surdez” temporária da mente) de se considerar razões (nesse caso, a hipótese de um Deus enganador) que são relevantes para a não adesão racional a ideias. Entretanto, nada na argumentação dessa interpretação parece explicar o que levaria a essa incapacidade de se levar em conta razões, se a adesão irresistível se funda justamente em razões. Se o arrebatamento irresistível da mente a ideias claras e distintas atuais se deve não a algo psicológico e misterioso, mas sim a razões que confirmam a verdade da ideia e à ausência de razão para dela duvidar, e se a dúvida metafísica é uma razão para duvidar da verdade das ideias claras e distintas no momento mesmo em que estas são percebidas, então, parece, não há essa situação em que não há razão para duvidar e, nesse sentido, não haveria o arrebatamento irresistível. Restaria, portanto, sem simplesmente apontar para uma reação psicológica, explicar por que diante de uma ideia clara e distinta o sujeito racional se tornaria incapaz de considerar uma razão efetivamente existente para duvidar de sua verdade. Isto é, teria que filosoficamente explicar por que quando diante de uma ideia clara e distinta o sujeito fica persuadido de sua verdade se, segundo essa mesma interpretação, haveria uma razão, a hipótese de um Deus enganador, para duvidar da verdade das ideias claras e distintas no momento mesmo em que são percebidas. Para que evitar o círculo na fundamentação metafísica cartesiana é necessário que o ponto de partida da prova da existência de Deus seja reconhecido como verdadeiro e, nesse sentido, é necessário que o sujeito esteja realmente persuadido da verdade da ideia e não apenas “quase” persuadido. Mas como explicar essa persuasão diante da possibilidade racional de que Deus pode enganar quanto à verdade dessa ideia atualmente percebida?

A outra estratégia, a que sustenta que o que a dúvida do Deus enganador põe em questão não é a verdade das ideias claras e distintas atuais e nem mesmo o reconhecimento dessa verdade, mas sim a estabilidade do critério de verdade, parece envolver um outro dilema. O que é posto em questão, segundo essa leitura, não é se a evidência racional atual é critério de verdade, mas sim se é o caso que toda e qualquer

ideia justificada por evidências racionais é sempre verdadeira. A dúvida quanto à permanência do critério de verdade ocorre porque, no momento da dúvida, antes de conhecer a existência e perfeição de seu criador, Deus, o sujeito que percebe desconhece sua natureza de criatura cognoscente criada por esse criador perfeito. Ao discutir o círculo, Carriero, por exemplo, recorre a uma distinção que considera importante entre a cognição de primeira ordem (cognição de que as ideias claras e distintas são verdadeiras) e a de segunda ordem (que resulta da reflexão do sujeito sobre a sua própria natureza enquanto sujeito cognitivo). Na Primeira Meditação o sujeito tem o conhecimento de primeira ordem apesar da dúvida do Deus enganador, mas não o de segunda ordem, que é manifesto pela dúvida do Deus enganador. Na Primeira Meditação o sujeito cognoscente desconhece a existência do criador perfeito e, assim, desconhece a estabilidade do critério de verdade que resulta da operação natural da mente humana. Trata-se do desconhecimento acerca do próprio tipo de sujeito cognoscente e é este desconhecimento que desestabiliza a confiança do sujeito em sua cognição de primeira ordem. Segundo essa leitura, o que é posto em questão mesmo no momento de uma percepção clara e distinta não é se a evidência racional é suficiente para atestar sua verdade, mas sim a estabilidade do critério de verdade, isto é, se clareza e distinção é sempre critério de verdade. Enquanto percebidas, as ideias claras e distintas, são verdadeiras e sua verdade é reconhecida pelo sujeito que as percebe, mas antes da prova de um Deus veraz não há garantias de que esse é o caso para toda ideia clara e distinta porque a natureza estável da estrutura cognoscente do sujeito é desconhecida ainda. A prova da existência de um Deus veraz acrescentaria à ideia clara e distinta, portanto, o status de critério permanente da verdade e, nesse sentido, a regra da verdade “toda percepção clara e distinta é verdadeira” envolveria implicitamente o “sempre”.

O problema que parece envolvido nessa leitura é que ela não parece considerar a passagem acima citada em que Descartes introduz a dúvida do Deus enganador relacionando-a à verdade da ideia clara e distinta percebida atualmente e sempre (“agora” e “a cada vez”). Diferentemente da leitura anterior, que parece caracterizar o sujeito que percebe a ideia clara e distinta como “quase” persuadido (na medida em que a adesão irresistível à verdade da ideia ocorreria mesmo quando há razões (ou uma razão) para duvidar), essa outra leitura parece caracterizar o sujeito cognoscente como “ora ciente da verdade das ideias claras e distintas (porque reconhece sua evidência racional), ora não confiante nessa verdade (porque desconhece sua própria natureza

cognoscente). A dúvida, entretanto, como introduzida por Descartes, não parece admitir em momento algum a confiança na verdade das ideias claras e distintas já que se aplica sempre a cada percepção clara e distinta. Restaria, portanto, a essa leitura, parece, explicar como acomodar o texto cartesiano, que expressamente parece recusar a cognição da verdade da ideia clara e distinta mesmo quando atualmente percebida, à essa tese de que a dúvida não se refere à verdade das ideias claras e distintas e ao reconhecimento dessa verdade, mas sim à confiabilidade na natureza cognoscente do sujeito que percebe, o que garantiria a estabilidade do critério da clareza e distinção.

O objetivo desse breve artigo foi apenas apontar para algumas limitações de duas das mais promissoras abordagens que, alinhadas à leitura tradicional da metafísica cartesiana segundo a qual o alvo do recurso à hipótese do Deus enganador é a verdade das ideias claras e distintas, pretendem desfazer o que supostamente seria o círculo cartesiano. Para salvar a metafísica cartesiana da acusação do círculo, entretanto, seria necessário maiores esclarecimentos dessas estratégias, de modo a desfazer os problemas apontados. Isto é, ou se mostra em que sentido é possível uma persuasão (e não uma quase persuasão) racional da verdade de uma ideia mesmo diante de ao menos uma razão para duvidar dessa verdade, ou se mostra como se acomoda o texto em que Descartes introduz o que seria a dúvida do Deus enganador com a leitura segundo a qual as ideias claras e distintas são percebidas como verdadeiras (não apenas como certas) no momento em que são percebidas. Uma outra alternativa para recusar o círculo cartesiano seria abandonar a tese central subjacentes a essas estratégias, a saber, a de que as ideias claras e distintas são alvo da dúvida na Primeira Meditação, admitindo-se que a função do recurso à hipótese do Deus enganador não é pôr em xeque as ideias claras e distintas e que a função da prova da existência de um Deus veraz, por sua vez, não é eliminar uma suposta dúvida relativa à verdade das ideias claras e distintas.

Embora fugindo do escopo desse artigo, sugiro, sem argumentar, uma leitura alternativa⁵ segundo a qual o recurso à hipótese do Deus enganador não consiste em mais uma razão para duvidar de um tipo de conhecimento (o conhecimento constituído por ideias claras e distintas) ainda não atingido pelas etapas anteriores. Minha sugestão envolve sustentar que o alvo de toda a Primeira Meditação é o modelo cognitivo escolástico e, portanto, que a matemática mencionada na Primeira Meditação não é a matemática como concebida por Descartes, constituída de ideias claras e distintas produto apenas da razão, mas sim um conhecimento que, como todo conhecimento

⁵ Para detalhes dessa leitura alternativa ver ROCHA, 2010 e ROCHA, 2020

segundo a tradição escolástica, depende dos sentidos. Nesse sentido, ao introduzir razões para duvidar da legitimidade dos sentidos como fonte de conhecimento, a matemática, como concebida pela escolástica, já estaria também em questão e o recurso ao Deus enganador mostraria isso. Esse recurso teria como função corrigir um engano e, assim, desfazer uma hesitação, a saber, o de pensar que a matemática estaria a salvo das dúvidas anteriores por tratar de coisas mais simples e universais. Se a função do Deus enganador não é a de pôr em questão as ideias claras e distintas, a função da prova da existência de Deus, por sua vez, não seria a de eliminar essa hipótese, mas sim a de exibir em sua estrutura o modelo de operação legítima da razão para buscar conhecimento. A prova da existência de Deus tem para a metafísica e a matemática, conhecimentos constituídos de articulações claras e distintas entre ideias claras e distintas, uma função semelhante à função que tem o *Cogito* para conhecimentos claros e distintos imediatamente dados, como o da existência do próprio pensamento. O *Cogito* funciona como um padrão de um tipo de operação cognitiva da razão, referida como “intuição” nas *Regras*, e a prova da existência de Deus funciona como um padrão para outro tipo de operação cognitiva da razão, a saber, a operação de articular ideias por meio de elos igualmente claros e distintos, referida como “dedução”. Ao exibir em sua estrutura o modo correto de operar a razão para conhecer, a prova da existência de Deus garante a indubitabilidade racional do que resulta da razão quando esta segue esse modelo. Desse modo, a função da prova da existência de Deus, em última instância, é a de garantir a indubitabilidade da razão não por eliminar a único modo possível de se duvidar da evidência racional, mas sim por exibir o modelo da correta operação da razão que torna seu resultado uma evidência racional. A prova, portanto, não garantiria uma certeza adicional à certeza racional, mas exibiria um padrão de como atingir a certeza racional mesmo acerca de conhecimentos não imediatamente apreendidos. Se a prova da existência de Deus não garante uma certeza adicional à certeza racional, seria necessário admitir que nas *Meditações*, o objetivo de Descartes não é garantir a infalibilidade da razão, mas sim garantir ser a razão o que melhor credenciais tem para ser fonte de conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, C. and TANNERY, P. (eds.). *Oeuvres de Descartes*, rev. edn., 12 vols., Paris: Vrin/CNRS, 1964-76.
- BEYSSADE, J.M. Sobre o círculo cartesiano. In: *Analytica* 2, 1997.
- CASTILHO, F. *Meditações sobre Filosofia Primeira*, Campinas: Unicamp, 2004.
- CURLEY, E. The circle. In: *Descartes against the skeptics*, Cap. 5, Harvard University Press, 1978.
- DELLA ROCCA, M. Descartes, the cartesian circle, and epistemology without God. In: *Philosophy and Phenomenological Research* 70, 2005.
- FRANKFURT, H. Memory and the cartesian circle. In: *The Philosophical Review* 71, 1962.
- GEWIRTZ, A. The cartesian circle. In: *The Philosophical Review* 50, 1941.
- GEWIRTZ, A. The cartesian circle reconsidered. In: *The Journal of Philosophy* 67, 1970.
- LOEB, L. The cartesian circle. In: *The Cambridge Companion to Descartes*, Org. J. Cottingham, Cambridge University Press, 2006.
- MURDOCH, D. The cartesian circle. In: *The Philosophical Review* 108, 1999.
- NEWMAN, L. NELSON, A. Circumventing cartesian circle. In *Noûs* 33,(3), 1999
- ROCHA, E. Observações sobre a dúvida cartesiana. In: *O que nos faz pensar* 19, 2010.
- ROCHA, E. Conhecimento matemático na Primeira Meditação de Descartes. In: *Caminhos da Razão*, Orgs. E. Rocha, E. Marques, M.A. Gleizer, L. C. Pereira e L. Levy, Editora Nau, 2020
- ROSE, L. The Cartesian circle. In: *Philosophy and Phenomenological Research* 26, 1965.
- VAN CLEVE, J. Foundationalism, epistemic Principles, and the cartesian circle. In: *The Philosophical Review* 88, 1979.